

Bancos credores garantem

Dívida Esterna

4/12/87, SEXTA-FEIRA • 7

US\$ 2,8 bi ao Brasil

Nova Iorque — Os bancos internacionais garantiram 2,8 bilhões de um pacote financeiro de 3 bilhões de dólares para o Brasil. Os recursos adicionais completarão o pacote nos próximos dias, disseram num comunicado conjunto Fernão Bracher, negociador brasileiro da dívida e William Rhodes, presidente do comitê que representa os bancos credores.

Se for completado o acordo nos próximos dias, o Brasil reiniciará o pagamento dos juros no mês que vem sobre 68 bilhões de dólares de dívidas aos bancos comerciais internacionais. Os bancos participantes se comprometem a fornecer um crédito ponte de 1 bilhão de dólares ainda este mês e outros 2 bilhões em meados de 1988 se nesse período for acertado um acordo

definitivo a longo prazo. O Brasil, como contrapartida, desembolsará 1,5 bilhão de dólares.

Atraso

O acordo provisório que está se completando agora foi negociado em princípios de novembro entre o Brasil e o comitê bancário que tem sua sede em Nova Iorque. A sua implementação foi retardada em parte porque dois grandes bancos britânicos, National Westminster e Barclays Bank, demoraram a aceitá-lo. Os dois bancos ameaçaram bloquear o acordo, porém, na semana passada anunciaram haviam decidido participar dele.

Os dois bancos britânicos afirmavam que o acordo objetiva exclusivamente a facilitar o pagamento de juros por parte do Brasil,

sem levar em conta os problemas de fundo que envolvem o refinanciamento da dívida.

Os bancos que comprometerão recursos até 26 de novembro terão uma comissão adicional de 0,125% e os que entraram antes de 2 do corrente de 0,06125%. Os que participam a partir de agora não receberão comissão.

A nota divulgada por Bracher e Rhodes revela que ainda está sendo negociado, à parte, outro pacote para o refinanciamento dos juros que vencem em 1988 e 89, no valor de 10,9 bilhões de dólares. Os 3 bilhões de dólares do acordo provisório que está prestes a se concretizar foram acumulados desde fevereiro, quando o Brasil decretou a moratória sobre os juros das dívidas de médio e longo prazo.